



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação em  
Saúde Coletiva  
Brasil

Filice de Barros, Nelson

Jardim DF, López LC, organizadores. Políticas da diversidade – (in)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica. Porto Alegre: Ed. UFRGS; 2013.

Ciência & Saúde Coletiva, vol. 19, núm. 12, diciembre-, 2014, pp. 4923-4924

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva  
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63032604032>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Jardim DF, López LC, organizadores. *Políticas da diversidade – (in)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; 2013.

Nelson Filice de Barros <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.

Diferentes governantes europeus iniciaram a década de 2010 anunciando que o projeto de multiculturalidade europeu fracassara, pois o que houve foi a formação de guetos e a convivência distante e não solidária entre diferentes grupos étnicos no mesmo território. Jardim e López, organizadoras, e os outros autores do livro *Políticas da Diversidade – (in)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica*, publicado, em 2013, pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, concordam e mostram que o projeto de multiculturalidade foi, apenas, mais uma construção neoliberal e contemporânea da modernidade colonial.

Os limites da multiculturalidade ficam patentes nos oito diferentes capítulos do livro, quando a invisibilidade de eventos relativos à racialidade e migração no Brasil é tratada como *diferença que deveria ser desvendada e (re)construída em espaços de diálogo intercultural, na própria interação*. Para os autores, portanto, a experiência negra e o imaginário da sua diáspora, bem como os itinerários migratórios e a sua invisibilidade, ganham lugar central na agenda de pesquisa dos antropólogos, que buscam o encontro com sensibilidades de distintos protagonistas para contribuir com o debate sobre a dignidade humana, justiça e bom viver.

O livro é dividido em duas partes denominadas Cenários e Dinâmicas, cada uma constituída de quatro capítulos, que segundo as organizadoras, *realizam um zigue-zague proposital (entre escalas macro e micro) mostrando o jogo de forças que atravessam as noções analíticas e a experiências de sujeitos concretos*. Na primeira parte, os textos exploram a dimensão conceitual das políticas raciais, imigrações e racismo institucional, que têm orientado as reflexões sobre as invisibilidades desses problemas sociais. São, portanto, apresentados, *os cenários conceituais e as dificuldades em visibilizar determinadas problemáticas sociais referentes a sujeitos “às margens” dos debates nacionais*. Na segunda parte, são apresentados textos produzidos para diferentes conferências públicas e reflexões práticas em que estão em jogo os custos e os benefícios da invisibilização. Todos os oito capítulos são guiados pelo tema da interculturalidade, para trazer à tona os

processos de invisibilidade e hipervisibilidade de protagonistas e coletividades.

No primeiro capítulo denominado *Alteridade e (in)visibilidades: uma perspectiva antropológica sobre direitos humanos e dignidade*, Denise F. Jardim evidencia a abertura dos antropólogos ao debate sobre direitos humanos sob novos parâmetros, como alteridade, identidade e minoria. A autora apoia-se no enunciado de Boaventura de Souza Santos, de que em vez de recorrer a falsos universalismos é fundamental que se organize uma constelação de sentidos locais para construir a noção de dignidade e direitos humanos. Assim, onde “nem todas as igualdades são idênticas e nem todas as diferenças são desiguais”, Jardim discute as invisibilidades, hipervisibilidades, minorias e pluralismos das identidades no Estado democrático de direito brasileiro.

No capítulo intitulado *Políticas raciais, diáspora e transnacionalismo: notas para compreender as mobilizações negras e as ações afirmativas no Cone Sul*, Laura C. López debruça-se sobre a configuração e as perspectivas das mobilizações negras contemporâneas para a construção de políticas públicas com enfoque étnico-racial e ações afirmativas no Cone Sul. O texto percorre dois eixos, nos quais, primeiro, discute a relação local-nacional-transnacional e, segundo, explora a construção de demandas da militância negra, ambos em relação às mobilizações para a construção de políticas públicas específicas cunhadas a partir das identificações afro-diaspóricas. A autora concluiu o capítulo propondo *levar a sério a perspectiva afro-latino-americana como uma filosofia política que nos interpela para que novos pactos sociais/éticos/estéticos possam ser realizados*.

O terceiro capítulo é de Daniel Etcdeherry, também antropólogo e autor do texto intitulado *A atuação dos mediadores da promoção da cidadania e a problemática da visibilidade do fenômeno migratório*, cujo objetivo foi analisar os debates sobre as migrações contemporâneas, a partir de observações realizadas em Buenos Aires e Porto Alegre. A escolha pelas duas cidades deve-se ao fato de que os discursos sobre o fenômeno migratório são quase diametralmente opostos nelas, de forma que a relação da imigração com o desemprego, o acesso a recursos públicos, a exposição a diferentes formas de violência e a pobreza, constituem uma hipervisibilidade em Buenos Aires e uma invisibilidade em Porto Alegre. Entre o que se vê e o que não se vê em relação ao imigrante o autor identifica uma construção social constante que necessita ser desconstruída.

O capítulo quarto, chamado *Reflexões sobre o conceito de racismo institucional*, também foi escrita por Laura C. López com o *desafio de pensar uma*



*ferramenta analítica e institucional para enfrentar discriminações em países que preconizam como discurso hegemônico a invisibilização da questão racial.* A autora aprofunda a dimensão histórica da formação social brasileira e as diferentes expressões do racismo institucional legitimado por diferentes instituições estatais, demonstrando porque são, portanto, legítimas as políticas de ação afirmativa na atualidade. A autora chama atenção para o fato de que o racismo institucional não é expresso em atos manifestos, explícitos ou declarado, mas de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam na distribuição desigual de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos raciais. Por fim, a autora associa o racismo institucional à noção de biopolítica, originalmente criada por Foucault e desenvolvida por Rabinow e Rose, para compreendê-lo a partir: [da] *forma de discurso de verdade de um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar sobre o caráter “vital” dos seres humanos*; [das] *estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte*; e [dos] *modos de subjetivação através dos quais os sujeitos atuam sobre si próprios em relação aos discursos de verdade.*

Na parte das Dinâmicas, outros quatro capítulos são apresentados e destacam-se *As ações afirmativas e a possibilidade de diálogo intercultural no Brasil*, originalmente uma conferência proferida por Laura C. López, no Ciclo de Comemorações dos 75 anos da UFRGS, em que a autora discute as ações afirmativas do processo de aprovação das cotas de ingresso naquela universidade e as múltiplas possibilidades de diálogo intercultural dessa política. Situando suas reflexões a partir da matriz dos estudos pós-coloniais a autora reproduz trechos de seu diário de campo, quando acompanhou as disputas entre grupos contrários e favoráveis ao ingresso de uma estudante da etnia Kaingang no curso de medicina. O relato do ritual da passagem do jaleco de um estudante do último ano do curso à jovem índia é tocante, assim como a declaração de um professor, de descendência alemã, sobre o efeito reparador daquele ato para os indígenas espoliados e violentados pelos colonos europeus apoiados pelo Estado brasileiro.

Destaca-se, também, o capítulo denominado *‘Te ponem el ojo y te sacan una radiografía’: ser imigrante nas redes e saúde e concessão de benefícios sociais em Porto Alegre*, escrito por Alex M. Moraes. Seu texto pode ser identificado como uma “antropologia da saúde” e não como uma

“antropologia na saúde”, utilizando a classificação de Robert Straus<sup>1</sup> da década de 1950. Assim, relatando sua experiência de campo com imigrantes em serviços do sistema único de saúde na cidade de Porto Alegre, o autor debate as características assumidas pela cidadania nos tempos atuais, destrinchando os símbolos associados às categorias de estrangeiro e de imigrante, sobretudo pelo fato de a primeira revelar uma noção de diferença positiva e a segunda de desigualdade negativa. Em seguida o autor toma o conceito de “bio-lógicas”, para aprofundar as histórias de quatro imigrantes e constituir as diferentes “socio-lógicas” associadas a cada experiência. Nesse percurso encontra vasto material sobre as assimetrias morais presentes no “meio do mistério das diferenças”, assim como as facilidades e tortuosidades na busca por direitos cidadãos de imigrantes no Brasil.

Os dois outros capítulos da segunda parte trazem significativas Dinâmicas associadas à defesa das ações afirmativas e reservas de vagas ao ensino superior no Brasil, no Supremo Tribunal Federal, durante audiência pública em março de 2010, e ao trato discriminatório sofrido por estudantes universitários brasileiros em aeroportos da Espanha, durante o ano de 2008.

Para concluir, pode-se afirmar que a leitura deste livro é mandatória para aqueles que queiram compreender a dinâmica de construção das políticas de invisibilidade do projeto de modernidade colonial e das políticas de diversidade contemporânea da modernidade tardia e pós-colonial.

A reconstrução histórica e a escavação sociológica dos diferentes capítulos deixa ver as *dinâmicas que perturbam as certezas daqueles que gostariam de conferir previsibilidade e acomodar a diferença em uma visão estática do mundo social.* Assim, explicitam as tensões e as negociações simbólicas com protagonistas envolvidos em debater experiências de hipervisibilização e situações históricas de “res-semanticização” de sentidos da cidadania, pluralidade e dignidade humana.

Trata-se, portanto, de uma coletânea de textos corajosos que indicam a insustentabilidade de uma unidade nacional e o alcance dos encontros interculturais de aprendizagem mútua, promovidos pela diversidade cultural dos diferentes povos brasileiros.

## Referências

1. Straus R. The nature and status of medical sociology. *Amer Soc Rev* 1957; 22(2):200-204.